

O XIX Congresso Português de Reumatologia aconteceu entre 10 e 13 de maio na Herdade dos Salgados, em Albufeira. Na sessão de abertura, o presidente da Sociedade Portuguesa de Reumatologia (SPR), José Canas da Silva, relembrou os resultados positivos conseguidos até agora, mas chamou à atenção para o direito dos doentes reumatológicos a serem tratados por reumatologistas integrados em unidades para o efeito.

O evento, tornado agora anual, fruto principalmente do crescimento da Reumatologia enquanto especialidade, contou com 15 comunicações, 35 ensaios clínicos, e 123 resumos selecionados para poster.

No primeiro dia de congresso, precederam à abertura alguns cursos pré-congresso. Novidade este ano foi a inclusão de sessões paralelas para profissionais de saúde não-reumatologistas, incluindo médicos de Medicina Geral e Familiar e médicos associados da APPSReuma (Associação Portuguesa de Profissionais de Saúde em Reumatologia). A inclusão destes profissionais mostra-se importante, uma vez que milhares de doentes são tratados pelas duas especialidades. O objetivo é então “contribuir para um tratamento moderno e integral de um grupo de doentes que é o mais numeroso em Portugal”, nas palavras do presidente da SPR, que acredita que só uma parceria séria, bem conduzida e alicerçada, entre cuidados de saúde primários e os cuidados diferenciados, permitirá um novo salto para o Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Novidade este ano foi a inclusão de sessões paralelas para profissionais de saúde não-reumatologistas, incluindo médicos de Medicina Geral e Familiar e médicos associados da APPSReuma (Associação Portuguesa de Profissionais de Saúde em Reumatologia). A inclusão destes profissionais mostra-se importante, uma vez que milhares de doentes são tratados pelas duas especialidades

Durante a sessão de abertura foi também mencionada a perseverança da especialidade, que tem crescido “no meio de dificuldades, falta de meios e de condições”: em finais de 2015, a Ordem dos Médicos indicava que 107 reumatologistas trabalhavam no SNS, quando deviam ser entre 200 a 250 especialistas, de acordo com o rácio populacional, para assegurar a qualidade dos cuidados.

Hoje em dia, existem já médicos reumatologistas em número suficiente para as vagas previstas no plano e na rede nacional de referência, e por isso, José Canas da Silva, em nome da SPR, espera que o “novo clima que temos mantido com o Ministério da Saúde, leve à implementação real de novas unidades de reumatologia: porque é disso que necessitamos”.

“A especialidade, cada vez mais necessária porque lida com doenças que são influentes numa população cada vez mais envelhecida, tem conseguido algumas vitórias, de que é exemplo o recente reembolso a 100% do metotrexado e dos DMARD’s, medicamentos habitualmente utilizados para o tratamento de doenças reumáticas inflamatórias, conseguido através da colaboração com a Associação Nacional dos Doentes com Artrite Reumatoide (ANDAR).

A criação de novas unidades é a principal luta da SPR, já que, por exemplo, no Alentejo, não há nenhum médico reumatologista do SNS desde 2012 e que, esta falta de acesso às unidades reumatológicas priva os doentes do seu “direito

